



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 1º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Setor Comercial Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: +55 (61) 3314-4154 - www.anac.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ATUALIZAÇÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL

#### Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
27/10/2022	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Gervásio da Silva Antônio Luís Felipe Freitas do Nascimento Alves Teixeira Aderson de Lima Calazans
18/11/2022	2.0	Revisão após Parecer da Procuradoria	Gervásio da Silva Antônio Luís Felipe Freitas do Nascimento Alves Teixeira Aderson de Lima Calazans
30/01/2021	3.0	Revisão após anulação dos itens 1 e 7	Gervásio da Silva Antônio Luís Felipe Freitas do Nascimento Alves Teixeira Aderson de Lima Calazans
17/03/2023	4.0	Revisão após remoção dos itens 1 e 7	Gervásio da Silva Antônio Luís Felipe Freitas do Nascimento Alves Teixeira Aderson de Lima Calazans

## TERMO DE REFERÊNCIA

### Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME N° 1/2019

A Equipe de Planejamento da Contratação declara que o presente Termo de Referência está aderente aos modelos do TCU, bem como aos requisitos da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

- OBJETO DA CONTRATAÇÃO**
  - Registro de preços para atualização do parque computacional da ANAC, incluindo o fornecimento de componentes para upgrade em computadores desktop existentes, tudo para atender às necessidades da ANAC.
- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**
  - Bens e serviços que compõem a solução**

Tabela 1

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Módulo de memória RAM DDR4, com 8 GB, para desktop	473420	1550	UN.
2	SSD NVMe 240GB, com kit adaptador para Lenovo M920s	439348	790	UN.
3	Dock station / Hub USB-C	444947	200	UN.

- JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**
  - Contextualização e Justificativa da Contratação**
    - A necessidade de melhoria contínua do ambiente de Tecnologia da Informação, em linha com a necessidade de melhoria contínua das ferramentas de trabalho dos usuários de TI da ANAC e em especial, microcomputadores e notebooks, por onde passam a totalidade dos acessos aos ambientes de informática como tarefas, projetos, comunicação eletrônica, dentre outros, são a base da decisão pela melhoria no desempenho dos computadores existentes, com o objetivo principal de dar eficiência a execução das atividades da Agência.
    - O fornecimento de ferramentas para os usuários de TI e, em especial, os microcomputadores é de vital importância para que a Agência seja suprida em recursos tecnológicos para atender as demandas diárias das mais simples como o envio de um e-mail como o desenho ou análise dos mais

complexos projetos nas diversas mídias possíveis.

3.1.3. A necessidade de se promover a atualização tecnológica do parque computacional, incluindo-se neste caso os microcomputadores de utilização padrão, provém do aumento nas exigências de processamento e capacidade de novos processos e aplicações. Foi grande, por exemplo, nos últimos três ou quatro anos, a expansão o uso de ferramentas de BI (*Business Intelligence*) e Data Science na ANAC. Tais aplicações têm se tornado vitais à tomada de decisão, mas requerem muitos recursos computacionais.

3.1.4. Outra área que demanda bons equipamentos é a de desenvolvimento de software, que amadureceu muito nos últimos anos, culminando na criação do Grupo de Desenvolvedores (GDEV), hoje uma parte vital do processo de desenvolvimento de sistemas dentro da Agência. Com a formalização do GDEV através da Portaria nº 7779, de 11 de abril de 2022 e a expansão do uso de ferramentas de desenvolvimento do tipo *low code*, temos hoje um grande número de servidores e colaboradores atuando nessa área, demandando computadores mais potentes.

3.1.5. Em sua última aquisição de computadores, a ANAC inclui uma parcela de equipamentos de alto desempenho, voltados justamente aos públicos referenciados acima. Tais equipamentos foram muito bem aceitos por seus usuários e se mostraram uma escolha acertada. O que se deseja agora é melhorar alguns componentes dos demais computadores, originalmente com configuração mais comum, para que tenham um desempenho semelhante àqueles, quando usados em atividades mais intensas.

3.1.6. Para tal, são necessárias no mínimo, a duplicação da quantidade de memória RAM e a substituição do armazenamento em HD (disco rígido magnético) por SSD (disco em estado sólido). Esses dois itens, quando combinados, darão ao computador uma capacidade muito maior de carregar e processar dados com a velocidade adequada. Considera-se que os processadores existentes (Intel Core i5) são suficientes para as demandas a que são submetidos, não sendo necessária sua substituição.

3.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE13	Promover a alocação de recursos de forma estratégica e efetiva

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022/2023		
ID	Projeto do PDTIC	Meta do PDTIC Associada
2ATDTI22138	Aquisição Notebooks	Percentual de Execução do PDTIC

ALINHAMENTO AO PAC 2022	
Item	Descrição
73/2022	Aquisição Notebooks

3.2.7. A presente contratação também está plenamente aderente à Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, estabelecida pelo Decreto nº 10.332, de 2020, que traz, no Artigo 9º, dentre outros, o objetivo de **"otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação"**.

3.2.8. O Art. 6º Inciso IV da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, estabelece que "as contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP deverão estar integradas à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos." Entende-se, no entanto, que tal exigência não se aplica à presente contratação, pela característica do objeto a ser contratado, já que não visa à oferta digital de serviços públicos. Logo, não se vislumbra a necessidade de mencionar aqui a integração a tal Plataforma.

3.3. **Estimativa da demanda**

3.3.9. Extraído do Cenário selecionado no Estudo Técnico Preliminar, teremos a seguinte composição do parque computacional:

- 167 computadores desktops de alto desempenho continuam como estão
- 1650 computadores desktop atualizados para usuários presenciais, para pool de acesso remoto e para reserva técnica / garantia
- 600 notebooks novos para uso híbrido
- 250 notebooks atualizados para uso híbrido e para reserva técnica / garantia
- 200 estações de acoplamento com monitor e hub/*dock station* para uso presencial

3.3.10. A partir das definições acima, e considerando que parte das aquisições necessárias já foi licitada através do Pregão Eletrônico 27/ANAC/2022, o quantitativo máximo e especificações de itens a serem adquiridos através do presente Edital é:

Tabela 2 - Quantitativos e Especificações

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Módulo de memória RAM DDR4, com 8 GB, para desktop	1550	UN.
2	SSD NVMe 240GB, com kit adaptador para Lenovo M920s	790	UN.
3	Dock station / Hub USB-C	200	UN.

### 3.4. Justificativa para quantitativo

3.4.1. Os quantitativos apresentados são justificados no Estudo Técnico Preliminar (SEI! 7931860) e podem ser resumidos da seguinte forma:

- 600 notebooks novos foram adquiridos através da Ata de Registro de Preços 18/ME/2022, somados a 250 notebooks usados, atualizados com 16 GB de memória, serão destinados aos servidores da ANAC. Dentre os notebooks usados, 10% ficarão como reserva técnica, para mitigação do risco de indisponibilidade por falta de cobertura de garantia;
- 1650 computadores desktop serão atualizados com armazenamento SSD e 16GB de memória RAM, sendo destinados a: colaboradores sem necessidade de mobilidade; acesso remoto; e reserva técnica, para mitigação do risco de indisponibilidade por falta de cobertura de garantia;
- 200 estações de acoplamento para uso rotativo nas unidades da ANAC, compostas de teclado, mouse, monitor (todos já existentes) e equipamento *Dock station* a ser adquirido.

### 3.5. Parcelamento da Solução de TIC

3.5.1. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação, sem prejudicar o ganho da aquisição em escala, optou-se pela divisão do certame original em 3 itens, desmembrados em mais 3 itens destinados a Cota Reservada (Decreto 8.538/2015), sempre em respeito à mais ampla competição e conforme previsto no art. 23 §§ 1º e 2º da Lei nº 8666/93, Súmula nº 247 do TCU e Acórdãos do TCU nº 786/2006 e 116/2006, todos do Plenário do TCU:

“Lei nº 8.666/93:

*Art. 23, § 1º) As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”*

“Súmula nº 247:

*É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”*

“Acórdão nº 786/2006 – TCU – Plenário:

*9.4.1. a divisão dos serviços de informática necessários aos órgãos e entidades em tantos itens quanto sejam tecnicamente possíveis e suficientes;*

*(...)c.5) a definição dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização a serem realizados concomitantemente à execução para evitar distorções na aplicação dos critérios;”*

“Acórdão nº 116/2006 – TCU – Plenário:

*[...]19. Nos moldes do atual edital, a área de informática do ministério ficaria dependente de única empresa, não obstante os serviços componham distintos processos de trabalho. 20. Não se nega que a contratação de uma única prestadora facilita a gestão do contrato. Todavia, a economia em relação aos controles pode ser suplantada pelos prejuízos decorrentes da vinculação a um único prestador de serviços.”*

3.5.2. A divisão em itens, elaborada para este certame, levou em conta a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos, bem como a compatibilidade de conexões entre os diferentes itens, sendo que a promoção de parcelamento no objeto além do que já foi elaborado não é tecnicamente viável, além de haver perda da economia de escala, considerando que para os itens que ficarem acima de R\$80.000 (oitenta mil reais) será reservada a cota para Microempresas e empresas de Pequeno Porte nos termos do art. 48 inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.3. No presente Edital, constam apenas os itens que resultaram fracassados na sessão pública do Pregão Eletrônico 27/ANAC/2022

### 3.6. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.6.1. Destinação otimizada dos investimentos em TI;

3.6.2. Atualização do parque de estações de trabalho, com adequação à nova realidade das diferentes modalidades de trabalho (remoto, presencial ou híbrido);

3.6.3. Aumento da produtividade dos servidores e colaboradores, através do uso de equipamentos com maior desempenho;

3.6.4. Aumento da eficiência das atividades administrativas, gerenciais ou de suporte dos órgãos partícipes através do uso de equipamentos computacionais atualizados tecnologicamente;

3.6.5. Atendimento às necessidades de mobilidade dos servidores e colaboradores em modalidade de trabalho híbrido, tornando o acesso aos recursos de TI independentes de uma estação de trabalho fixa.

3.6.6. Possibilidade da redução de intervenções de suporte nos equipamentos, pela atualização dos sistemas operacionais e suítes de escritório em uso;

### 3.7. Do registro de preços

3.7.1. O Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que disciplina o Sistema de Registro de Preços, define as hipóteses especiais, porém não taxativas, sobre a admissão do Registro de Preços pela Administração Pública.

3.7.2. Considerando a complexidade técnica, administrativa e logística para atendimento das necessidades das unidades da Agência espalhadas pelo país, julga-se importante que a aquisição seja realizada com a entrega parcelada dos equipamentos e soluções, de forma a propiciar melhor controle e gestão pela Superintendência de Tecnologia da Informação. Dessa forma, busca-se mitigar os riscos envolvidos na operação, a qual contempla a configuração dos ativos de acordo com as topologias física e lógica de cada unidade, agendamento de retirada dos equipamentos legados em horário não comercial, instalação e teste dos equipamentos adquiridos. Por esse motivo, entre outros, considera-se viável a aquisição por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços, cujo respaldo se faz com base no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, especificamente em seu Art. 3º, alínea II, que assim dispõe, *in verbis*:

“Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I [RAI]. – (...);

**II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;”**

*A contratação pretendida se dará por meio de procedimento licitatório na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, em Sistema de Registro de Preços, em sessão pública a ser realizada por meio de sistema eletrônico, no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal, sítio*

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

3.7.3. A aquisição através de Registro de Preços, disciplinado pelo Artigo 15, inciso II e §§ 1º a 6º da Lei 8.666/93 e regulamentado pelo Decreto nº 7.893/2013, possibilitará a execução do projeto de upgrade dos equipamentos promovido pela ANAC.

3.7.4. Após a adjudicação e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro de preços mediante Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre a licitante vencedora e a ANAC, com efeito de compromisso de fornecimento para futura contratação.

3.7.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura e lançamento no sistema.

3.7.6. Com o objetivo de não prejudicar a utilização do planejamento adequado para realização das contratações desta Agência, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, não poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame.

3.7.7. Alterações no produto a ser fornecido deverão ser comunicadas ao Gestor da Ata, designado pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços e, obrigatoriamente, serão submetidas a nova homologação. Os novos equipamentos deverão possuir características idênticas ou superiores ao equipamento ofertado na proposta comercial da empresa beneficiária do Registro de Preços.

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. Trata-se da demanda por atualização no parque computacional da ANAC, incluindo atualização em equipamentos microcomputadores desktop, de uso comum dos usuários de TI da ANAC, com os quais é realizada a quase totalidade de suas atividades, desde um simples envio de e-mail até a elaboração ou análise de processos ou gerenciamento dos mais complexos projetos, em diversos formatos de mídia existentes.

4.1.2. A necessidade de melhoria contínua do ambiente de Tecnologia da Informação, em linha com a necessidade de melhoria contínua das ferramentas de trabalho dos usuários de TI da ANAC e em especial, microcomputadores e notebooks, por onde passam a totalidade dos acessos aos ambientes de informática como tarefas, projetos, comunicação eletrônica, dentre outros, são a base da decisão pela melhoria no desempenho dos computadores existentes, com o objetivo principal de dar eficiência a execução das atividades da Agência.

4.1.3. O fornecimento de ferramentas para os usuários de TI e, em especial, os microcomputadores é de vital importância para que a Agência seja suprida em recursos tecnológicos para atender as demandas diárias das mais simples como o envio de um e-mail como o desenho ou análise dos mais complexos projetos nas diversas mídias possíveis.

4.1.4. A necessidade de se promover a atualização tecnológica do parque computacional, incluindo-se neste caso os microcomputadores de utilização padrão, provém do aumento nas exigências de processamento e capacidade de novos processos e aplicações. Foi grande, por exemplo, nos últimos três ou quatro anos, a expansão o uso de ferramentas de BI (*Business Intelligence*) e Data Science na ANAC. Tais aplicações têm se tornado vitais à tomada de decisão, mas requerem muitos recursos computacionais.

4.1.5. Outra área que demanda bons equipamentos é a de desenvolvimento de software, que amadureceu muito nos últimos anos, culminando na criação do Grupo de Desenvolvedores (GDEV), hoje uma parte vital do processo de desenvolvimento de sistemas dentro da Agência. Com a formalização do GDEV através da Portaria nº 7779, de 11 de abril de 2022 e a expansão do uso de ferramentas de desenvolvimento do tipo *low code*, temos hoje um grande número de servidores e colaboradores atuando nessa área, demandando computadores mais potentes.

4.1.6. Em sua última aquisição de computadores, a ANAC inclui uma parcela de equipamentos de alto desempenho, voltados justamente aos públicos referenciados acima. Tais equipamentos foram muito bem aceitos por seus usuários e se mostraram uma escolha acertada. O que se deseja agora é melhorar alguns componentes dos demais computadores, originalmente com configuração mais comum, para que tenham um desempenho semelhante àqueles, quando usados em atividades mais intensas.

4.1.7. Para tal, são necessárias no mínimo, a duplicação da quantidade de memória RAM e a substituição do armazenamento em HD (disco rígido magnético) por SSD (disco em estado sólido). Esses dois itens, quando combinados, darão ao computador uma capacidade muito maior de carregar e processar dados com a velocidade adequada. Considera-se que os processadores existentes (Intel Core i5) são suficientes para as demandas a que são submetidos, não sendo necessária sua substituição.

### 4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Em função da ANAC já ter um corpo técnico capacitado e conhecedor dos equipamentos a serem adquiridos, pois são microcomputadores, não se faz necessário nenhuma capacitação ou treinamento formal.

### 4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O projeto visa atender às demandas do órgão contratante em consonância com a legislação federal e normas internas apresentadas a seguir:

4.3.1.1. Decreto-Lei 200/67: Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

4.3.1.2. Decreto Nº 3.505, de 13 de junho de 2000 - Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

4.3.1.3. Decreto Nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

4.3.1.4. Decreto Nº 5.450, de 31 de maio de 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

4.3.1.5. Decreto Nº 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.3.1.6. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

4.3.1.7. Decreto nº 7.893/2013: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços;

4.3.1.8. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

4.3.1.9. Lei Nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004 - Altera a Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências;

4.3.1.10. Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;

4.3.1.11. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2023, da Agência Nacional de Aviação Civil;

4.3.1.12. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU (Agosto/2022);

4.3.1.13. O serviço a ser contratado também deverá estar alinhado à ISO/IEC 20000, às normas de segurança ABNT 27001 e 27002, bem como às diretrizes da ANAC em relação ao uso de recursos de Tecnologia da Informação.

#### 4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Durante a execução do Contrato, a contratada deverá manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para prestação dos serviços;

4.4.2. A empresa contratada deverá disponibilizar, por ocasião da assinatura da Ata, a relação de empresas de assistência técnica especializadas, e centros de atendimento técnico, autorizados pelo fabricante (comprovados por meio de documentação específica), contemplando nomes, endereços e telefones, que prestarão a assistência técnica, bem como promover a atualização do cadastro de assistência técnica sempre que for alterada ou a cada 6 (seis) meses. Este cadastro tem o objetivo de informar os órgãos quais empresas aptas a prestação do serviço de manutenção durante o período de garantia;

4.4.3. Ao final dos atendimentos, a empresa deverá fornecer cópia da respectiva Ordem de Serviço (chamado), devidamente assinada pelo Fiscal Técnico do Contrato ou pelo usuário do equipamento, atestando a solução e os prazos praticados na OS;

4.4.4. Será exigido o fornecimento de suporte por meio de central de atendimento telefônico 0800, que permita o recebimento de chamadas locais de telefone fixo ou celular de qualquer localidade do Brasil, com horário de atendimento telefônico entre 07h e 19h (horário oficial de Brasília), no mínimo, em dias úteis.

4.4.5. O tempo de resposta e de solução de problemas, serão detalhados no item 8.3 – Níveis Mínimos de Serviços Exigidos.

#### 4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. O prazo para entrega dos materiais deverá obedecer ao estabelecido nas Ordens de Fornecimento de Bens (OFB), com previsão inicial de 60 dias corridos, a contar da data de emissão da OFB, descontados períodos para avaliação de amostras.

4.5.2. A entrega deverá ser realizada em dias úteis (segunda à sexta-feira), no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, **mediante agendamento prévio**;

#### 4.6. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.6.1. A empresa a ser Contratada deverá atender às normas acerca de conformidade técnica e de integridade de dados na Administração Pública Federal, assim como atender às normas e aos procedimentos de que trata a Instrução Normativa/ANAC nº 128, de 6 de novembro de 2018, relativos à Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC - no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sem prejuízo dos demais atos, documentos e normativos expedidos e publicados pela Administração Pública Federal, bem como pela própria ANAC relativos ao sigilo, à segurança e à privacidade das informações e comunicações, além dos respectivos Termos de Compromisso e de Ciência previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso V do art. 18 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

4.6.2. A empresa a ser Contratada deverá atender a, no mínimo, os seguintes requisitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018:

4.6.2.1. **Recursos em Versões Comprovadamente Seguras e Atualizadas:** Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato e/ou a contratante está exposta, considerando os critérios de aceitabilidade de riscos definidos pela contratante.

4.6.2.2. **Reportar Incidentes:** Reportar de imediato à contratante incidentes que envolvam vazamento de dados, indisponibilidade ou comprometimento da informação relacionados à Solução de TIC adquirida.

4.6.2.3. **Termo de Compromisso e Ciência:** Implementar e manter controles e procedimentos específicos para assegurar completo e absoluto sigilo quanto a todos os dados e informações de que o preposto ou os demais empregados da contratada venham a tomar conhecimento em razão da execução do contrato, de forma a assegurar que seus empregados e outros profissionais sob sua direção e/ou controle respeitem o uso dos dados somente para as finalidades previstas em contrato e as restrições de uso dos ativos utilizado para desenvolvimento e/ou operação da Solução de TIC, cumprindo e fazendo cumprir o disposto nos Termo de Compromisso e Termo(s) de Ciência firmados respectivamente, pelo representante legal e pelo(s) empregado(s) da contratada.

4.6.2.4. **Descarte Seguro:** Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais ou sigilosos da contratante ao encerrar a execução do contrato.

4.6.2.5. **Revogação de Privilégios:** Comunicar à contratante, de imediato, a ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da contratante, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

4.6.2.6. **Utilização de Serviços de Terceiros:** Informar e obter a anuência do órgão contratante sobre a utilização de serviços de terceiros (como suporte técnico etc.) para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de TIC contratada.

4.6.2.7. **Tratamento de incidentes de segurança da informação e privacidade:** Realizar em conjunto com a contratante, ou com outros órgãos por ela indicados, ações de tratamento de incidentes de segurança da informação e privacidade relacionados ao objeto do contrato, bem como apoiar essas ações com o monitoramento e o envio de informações tempestivos.

4.6.3. Toda informação confidencial disponibilizada em razão da contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

- a) Término ou rompimento do Contrato;
- b) Solicitação da ANAC.

4.6.4. A CONTRATADA deverá manter a ANAC informada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer necessidades de atualização ou mudança na configuração dos serviços prestados;

4.6.5. Os equipamentos e produtos, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, devem obedecer rigorosamente, no que for aplicável, às normas e recomendações em vigor, elaboradas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área (ABNT, ANATEL, etc.) e aquelas entidades geradoras de padrões, reconhecidas internacionalmente (ITU-T, ISO, IEEE, EIA/TIA etc.);

4.6.6. A contratada deverá credenciar seus profissionais junto à ANAC, caso seja necessário, para prestação de serviços e acesso às instalações da ANAC.

#### 4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Os equipamentos deverão atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, a exemplo da IN Nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MPOG, no que couber, ou prover alternativas para verificação de sua aplicabilidade.

4.7.2. Juntamente com a proposta de preços, a licitante vencedora deverá encaminhar a declaração de que a LICITANTE não oferta produtos com materiais perigosos no modelo do **ANEXO I – C – DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS E ADERÊNCIA AOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**.

4.7.3. Só serão admitidas as ofertas referentes a cada item que cumpram, no que couber, os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria no 170, de 2012 do INMETRO.

4.7.4. Só serão admitidas as ofertas de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);”

#### 4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Os componentes para upgrade deverão ser novos, com características de funcionamento aderentes às especificações técnicas.

4.8.2. Deverá haver total compatibilidade com a infraestrutura de TI da ANAC no que se refere a instalações elétricas, conexões de rede, serviços de rede, sistema operacional e aplicativos de usuário.

4.8.3. O detalhamento da especificação técnica dos itens deste TR figura como **Anexo I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS V2** (SEI 8195003).

#### 4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Em função da natureza do objeto, não haverá necessidade de elaboração de projeto e de implementação por parte das CONTRATADAS.

#### 4.10. **Requisitos de Implantação**

4.10.1. Todos os componentes necessários à operacionalização dos equipamentos, bem como manuais e apoio técnico para que a instalação e operacionalização dos equipamentos sejam realizadas de forma plena, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus para a ANAC;

4.10.2. A instalação física e configuração dos equipamentos e dos componentes para upgrade será realizada pelo corpo técnico da Agência, tendo a qualquer tempo apoio técnico remoto ou presencial da CONTRATADA, quando necessário;

4.10.3. A ANAC criará um cronograma bem como fará o agendamento com os usuários para que as instalações sejam realizadas;

4.10.4. Sempre que necessário a ANAC convocará a CONTRATADA para realizar reuniões para que sejam tratados assuntos pertinentes ao processo de recebimento, entrega e instalação;

4.10.5. Os equipamentos deverão ser entregues pela empresa fornecedora nas diversas unidades da ANAC no território nacional;

4.10.6. A lista das localidades e seus respectivos endereços constam no item 6.5 deste Termo de Referência.

#### 4.11. **Requisitos de Garantia**

4.11.7. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida neste TR.

4.11.8. A garantia de funcionamento será do tipo on-site pelo período de 12 (doze) meses para os componentes;

4.11.9. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a ser expedido pela CONTRATANTE na forma descrita no Item 14 “AMOSTRAGEM E ACEITAÇÃO” e seus subitens. A garantia deverá contemplar a reposição de peças e a substituição de materiais e equipamentos que apresentarem defeitos, sem ônus para o CONTRATANTE;

4.11.10. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

4.11.10.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

4.11.10.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos equipamentos.

4.11.11. A garantia deverá prever a necessidade de conexão ou instalação, nos equipamentos, de produtos de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique em danos físicos ao equipamento e não constitua perda da vigência da Garantia.

4.11.12. Nos casos de necessidade de abertura dos equipamentos para a execução de tais procedimentos, mediante abertura de chamado, poderá o fabricante ou a CONTRATADA, a seu critério, optar por uma das seguintes alternativas:

4.11.12.1. Enviar representante ou técnico autorizado, para executar ou acompanhar a referida instalação, com posterior reposição do lacre;

4.11.12.2. Enviar documento, em forma eletrônica, autorizando o suporte técnico da CONTRATANTE a executar a referida instalação ou manutenção; ou

4.11.12.3. Autorizar previamente qualquer intervenção física a ser executada pela equipe de suporte técnico da CONTRATANTE no conjunto de equipamentos adquiridos.

#### 4.12. **Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. A instalação, a operação e o suporte à operação dos microcomputadores a serem adquiridos, serão realizados pela ANAC, através de sua equipe de suporte técnico a qual possui experiência exigida para realização das atividades descritas.

#### 4.13. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. Tendo em vista a natureza da contratação tratar de aquisição de bem comum, não se aplicam requisitos de formação da equipe.

#### 4.14. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. Não há.

#### 4.15. **Outros Requisitos Aplicáveis**

4.15.1. Não há.

### 5. **RESPONSABILIDADES**

#### 5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado e no volume de equipamentos contratados, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual, pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

5.1.10. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

5.1.11. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

5.1.12. Informar à CONTRATADA, dentro do período de garantia, os novos locais para prestação da assistência técnica, caso ocorra remanejamento de equipamentos para outras unidades da CONTRATANTE não informadas na Ordem de Fornecimento de Bens;

5.1.13. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, o produto não tenha apresentado defeitos;

5.1.14. Solicitar, quando necessário, à CONTRATADA, no ato de encaminhamento da Ordem de Fornecimento de Bens, um equipamento modelo para confecção da imagem do disco de sistema;

5.1.15. Realizar, durante a etapa de análise das propostas, diligências, testes de conformidade de amostras e/ou prova de conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;

5.1.16. Disponibilizar à CONTRATADA imagem de disco padrão de sistema, para replicação nos equipamentos adquiridos; e

5.1.17. Demais obrigações previstas na legislação específica.

## 5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório, observado o direito de contraditório e ampla defesa;

5.2.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.9. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.10. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.2.11. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

5.2.12. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.2.13. Fornecer os equipamentos conforme especificações técnicas definidas pela administração;

5.2.14. Entregar todos os produtos, bem como catálogos, manuais, página impressa do sitio do fabricante na Internet ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento das especificações técnicas;

5.2.15. Fornecer materiais novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos nos próximos 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato, de maneira a não prejudicar a execução dos objetos ora contratados, sob pena de restar caracterizada inexecução parcial do contrato;

5.2.15.1. Será permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, nas mesmas condições de preço, fornecimento e garantia, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto na Ata de Registro de Preços, devendo este também permanecer em linha de comercialização no supracitado tempo de 90 dias;

5.2.15.2. Sempre que houver descontinuidade ou alteração nos modelos propostos, a CONTRATADA deverá comunicá-las, mantendo o Órgão Gerenciador da informado;

5.2.15.3. Os novos modelos de equipamentos deverão ser submetidos a novo teste de conformidade pelo Órgão Gerenciador e, caso aprovado, será o modelo a ser entregue para as contratações futuras provenientes da Ata de Registro de Preços vigente;

5.2.16. Fornecer, quando solicitado, amostra para realização de TESTE DE CONFORMIDADE para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, conforme anexo I deste Termo de Referência;

5.2.17. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pelo Gestor da Ata do Órgão Gerenciador, relacionados com as características e funcionamento dos equipamentos;

5.2.18. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com as características e funcionamento dos equipamentos e também na compatibilidade com software de terceiros;

5.2.19. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, os equipamentos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

5.2.20. Cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica dos equipamentos, na forma e nos prazos estabelecidos;

5.2.21. Garantir a reposição de peças durante o período da garantia;

5.2.22. Prestar os serviços durante o período de garantia no local onde estiver instalado o equipamento, abrangendo todo o território nacional;

5.2.23. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos equipamentos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

5.2.24. Aprovar a conexão ou instalação nos equipamentos, de produtos ou componentes de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique danos físicos ao equipamento, sem implicar na perda da Garantia prevista no presente TR.

5.2.25. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à CONTRATANTE para pagamento;

5.2.26. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, a relação de empresas de assistência técnica especializadas, e centros de atendimento técnico, autorizados pelo fabricante (comprovado por meio de documentação específica), contemplando nomes, endereços e telefones, que prestarão assistência técnica, bem como promover a atualização do cadastro de assistência sempre que for alterada ou a cada 6 (seis) meses;

5.2.27. Substituir os materiais e equipamentos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento de Bens, sem ônus para a CONTRATANTE;

5.2.28. Substituir os materiais e equipamentos que apresentarem defeitos durante o período de garantia, sem ônus para a CONTRATANTE, em conformidade com os níveis de serviços mínimos;

5.2.29. Entregar o Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes assinado;

5.2.30. Entregar o Termo de Compromisso assinado;

5.2.31. Entregar o termo de encerramento do contrato assinado;

5.2.32. Demais obrigações previstas na legislação específica.

5.2.33. Em relação à Ata de Registro de Preços, compete aos Fornecedores Registrados:

a) aceitar os Termos e Condições da Ata de Registro de Preços de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;

b) manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, as condições de habilitação exigidas no edital;

c) abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

### 5.3. **Deveres e responsabilidades do ÓRGÃO GERENCIADOR da ata de registro de preços**

5.7.11. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.7.12. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.7.13. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

5.7.14. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

a) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível, ficando previamente definido o e-mail [licitacao@anac.gov.br](mailto:licitacao@anac.gov.br) como mecanismo preferencial de comunicação, caso os órgãos participantes queiram tratar de algum procedimento com o órgão gerenciador; e

b) definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.7.15. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

c) a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

d) as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e

e) as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;

f) a previsão da exigência para realização de diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

## 6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O fornecimento dos produtos e serviços objetos da presente licitação ocorrerá mediante prévia emissão de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens pelo gestor do contrato indicando os itens, quantidades e locais de entrega;

6.2. A CONTRATADA deverá realizar os registros das reuniões em formato de ATA e apresentar à CONTRATANTE para anexação ao processo de execução e fiscalização do Contrato;

6.3. O preposto e demais profissionais da CONTRATADA envolvidos em atividades relativas à execução do Contrato resultante da presente licitação deverão providenciar seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da ANAC, para que dessa forma possam assinar os Termos de Ciência, Ordens de Serviço e acessar quaisquer outros documentos formais relativos à execução contratual;

### 6.4. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega:**

6.4.1. Os equipamentos e serviços referentes aos itens da presente licitação deverão ser entregues e prestados nas diversas Unidades da Agência em território nacional, conforme endereços indicados a seguir. Os quantitativos para cada localidade serão definidos por ocasião da emissão das Ordens de Fornecimento de Bens ou Ordens de Serviço.



Tabela 3 - Localidades e Endereços

LOCALIDADE	ENDEREÇO
<b>Sede da ANAC – Brasília</b>	Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Torre A, 1º andar, Brasília – DF, CEP 70308-200
<b>Centro de Treinamento de Brasília (Anexo II)</b>	Setor de Hangares, Lote 4 – Brasília – DF (ao lado do Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Brasília)
<b>Representação Regional do Rio de Janeiro</b>	Edifício Palácio da Fazenda, Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 2º andar – Centro, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20020-909
<b>Representação Regional de São Paulo</b>	Ed. Congonhas Office, Rua Renascença, 112, Vila Congonhas, São Paulo – SP, CEP 04612-010
<b>Representação Regional de São José dos Campos</b>	Rua Dr. Orlando Feirabend Filho, 230 - Centro Empresarial Aquarius - Torre B - Andares 14 a 18, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos (SP) - CEP 12.246-190
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Belo Horizonte</b>	Av. Álvares Cabral, 1605 - Santo Agostinho, 10º andar (Ed. do Banco Central) Belo Horizonte (MG) CEP: 30.170-00
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Curitiba</b>	Rua Carlos Pioli, 133 (Ed. do SERPRO) Bom Retiro - Curitiba - PR CEP 80520-170
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Fortaleza</b>	<b>Aeroporto Internacional de Fortaleza</b> – Av. Senador Carlos Jereissati, 3000 – Bairro Serrinha – Fortaleza – CE, CEP 60741-900
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Manaus</b>	<b>Aeroporto Internacional de Manaus (Eduardo Gomes)</b> – Avenida Santos Dumont, nº 1916, Sala 7 / Terraço – Tarumã – Manaus – AM, CEP 69041-000
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Porto Alegre</b>	Av. Loureiro da Silva, 445 - Centro Histórico, Porto Alegre (RS), CEP 90013-900
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Recife</b>	Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 6333, Recife – PE, CEP 51210-001
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Salvador</b>	<b>Aeroporto Internacional de Salvador</b> (Deputado Luís Eduardo Magalhães) – Praça Gago Coutinho, s/n – Salvador – BA, CEP 41500-570
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Viracopos</b>	<b>Aeroporto Internacional de Viracopos</b> – Rodovia Santos Dumont, km 66 - Parque Viracopos, Campinas - SP, CEP 13055-900
<b>Núcleo Regional de Aviação Civil de Vitória</b>	<b>Aeroporto de Vitória</b> – Av. Fernando Ferrari, s/nº – Goiabeiras – Vitória – ES, CEP 29075-052

6.4.2. Os endereços listados acima foram levantados no momento da elaboração do Termo de Referência e podem sofrer alteração até a emissão das respectivas Ordens de Fornecimento de Bens ou Ordens de Serviço.

6.4.3. No decorrer do certame e, posteriormente, na implantação do objeto, a CONTRATADA deverá validar com a CONTRATANTE os endereços antes da entrega.

6.4.4. A entrega deverá ser feita de segunda à sexta-feira em horário comercial.

6.4.5. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, antecipadamente, a data e horário das entregas, não sendo aceitos equipamentos e componentes que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência. Na ocasião da entrega a CONTRATADA poderá ter que interagir com terceiros (condomínio, concessionária, dentre outros) para identificar os horários permitidos para entregas;

6.4.6. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os custos relativos ao fornecimento dos equipamentos e componentes, inclusive frete, seguro, cargas, descargas, desde a origem até sua entrega no local de instalação ou armazenamento definido pela ANAC, sem nenhum ônus adicional para a Agência.

6.4.7. Os equipamentos serão recebidos, provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.4.8. A verificação das especificações dos equipamentos ocorrerá de acordo com prazos e cronograma de eventos definidos no item "Requisitos de Implantação";

6.4.9. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos produtos, eles serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a ANAC, devendo a CONTRATADA reapresentá-los no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o comunicado da ANAC.

6.4.10. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto, devidamente lacrados e não devem estar amassados ou com outra deformidade qualquer.

## 6.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.5.1. Será realizada verificação por amostragem de 10% do quantitativo total de peças/equipamentos referentes ao item licitado, limitado ao quantitativo máximo de 10 unidades para cada item.

6.5.2. Inspeção Geral, seguindo os critérios das NBR 5426/1985 e 5427/1985;

6.5.3. Os equipamentos selecionados para compor cada amostra devem ser escolhidos de forma aleatória dentre os componentes do lote a ser examinado.

6.5.4. Serão avaliadas as características e especificações técnicas dos itens nos termos deste Termo de Referência e seus anexos.

6.5.5. Os procedimentos de teste e inspeção serão detalhados no item 7.3 deste Termo de Referência.

## 6.6. Mecanismos formais de comunicação

6.6.1. Serão considerados mecanismos formais de comunicação com a CONTRATADA: Atas de Reunião; Termos de Aceite; Notas Técnicas; Relatórios; Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens; E-mails: da alta gestão da ANAC, da equipe de fiscalização do contrato, das Superintendências de Tecnologia da Informação (STI) e de Administração e Finanças (SAF) da ANAC; Correspondências oficiais, tais como Ofícios ou Memorandos.

## 6.7. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.7.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.7.2. **O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexo I\_A - Termo de Compromisso e Anexo I\_B - Termo de Ciência.

## 7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### 7.1. **Critérios de Aceitação**

7.1.1. A empresa deve atender aos prazos de execução descritos no item "Requisitos de implantação";

7.1.2. Para os procedimentos de recebimento provisório e definitivo serão aplicados os regramentos contidos no art. 73 da Lei 8.666/93 e da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 19/01/2019, conforme segue:

7.1.3. Recebimento Provisório: no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos e serviços com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.1.4. Recebimento Definitivo: em no máximo 15 (quinze) dias úteis contados a partir da finalização da instalação dos itens presentes na Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços, mediante a emissão do Termo de Recebimento assinado pelas partes;

7.1.5. O Recebimento Provisório atestará tão somente que a CONTRATANTE recebeu os volumes referentes aos produtos presentes na Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços;

7.1.6. O Recebimento Definitivo atestará que os produtos e serviços atendem aos requisitos definidos no Termo de Referência;

7.1.7. Quando do recebimento definitivo, caso seja constatado que os objetos entregues apresentem inconformidades com as especificações do objeto licitado, a Administração notificará formalmente a CONTRATADA a respeito do não recebimento definitivo do objeto contratado.

7.1.8. Neste caso, o prazo do recebimento definitivo será suspenso até que seja sanada a situação, independente de aplicação de sanções cabíveis.

### 7.2. **Fiscalização**

7.2.1. A fiscalização se dará com observação aos ditames da Instrução Normativa Nº 01/2019/SGD/ME, ao Manual de Fiscalização de Contratos da ANAC e a lei de licitações e contratos Nº 8.666/93.

7.2.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2.3. Deve ser observado o item 4.9 deste Termo de Referência que estabelece os requisitos de garantia e suporte da solução;

7.2.4. Sempre que houver quebra dos níveis de serviço aqui especificados, a CONTRATANTE poderá notificar a CONTRATADA, que terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro desse prazo ou caso a CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas, será iniciado processo de aplicação das sanções previstas;

### 7.3. **Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.3.1. Os equipamentos deverão ser inspecionados após sua entrega, nas instalações da CONTRATANTE pelo Fiscal Técnico do contrato;

7.3.2. A aceitação do lote não exime o fabricante da responsabilidade de fornecer o material de acordo com os requisitos deste TR;

7.3.3. Não invalida qualquer reclamação posterior a respeito da qualidade do material e/ou da fabricação. Em caso de qualquer discrepância em relação às exigências deste TR, o lote pode ser rejeitado e sua reposição será realizada pela CONTRATADA.

7.3.4. Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da CONTRATANTE emitirá suas observações, por lote examinado, por meio de Nota Técnica que pode vir a ser a Nota Técnica de Aceite Provisório/Definitivo caso seja pertinente. As não conformidades e desvios de qualidade detectados durante a avaliação deverão ser comprovados e anexados a Nota Técnica, conforme procedimento descrito no item 8.4.7;

7.3.5. Todas as unidades de produto rejeitadas pertencentes a um lote aceito devem ser substituídas por unidades novas e perfeitas, por conta do fornecedor, sem ônus para a CONTRATANTE, e dentro do prazo da Ordem de Fornecimento de Bens, conforme Termo de Compromisso assinado;

7.3.6. A rejeição do lote, em virtude de falhas constatadas nas inspeções, não dispensa o fornecedor de cumprir as datas de entrega compromissadas. Se a rejeição tornar impraticável a entrega do material nas datas previstas, ou se ficar evidente que a CONTRATADA não será capaz de satisfazer as exigências estabelecidas neste edital, a CONTRATANTE se reserva ao direito de rescindir todas as obrigações e de obter o material de outro fornecedor;

7.3.7. Os produtos entregues serão homologados pelos Fiscais do Contrato no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento dos produtos que deverá vir acompanhado da Nota Fiscal ou Nota de Romaneio.

7.3.8. A recusa parcial ou total dos itens entregues será oficiada a empresa, que deverá prontamente substituir os equipamentos relacionados.

7.3.9. Para efeitos de cálculo do Nível de Serviço Mínimo, o tempo estimado para a entrega (em dias) voltará a ser calculado após o comunicado oficial a empresa sobre equipamentos recusados.

### 7.4. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

7.4.1. O atendimento do serviço de suporte técnico deverá ser executado de acordo com as regras a seguir:

7.4.2. **Garantia de 1º Nível** – Sem substituição de peças, componentes e equipamentos:

1. Após o registro de incidente / problema na central de atendimento da CONTRATADA, esta deverá resolver o(s) problema(s) técnico(s) / concluir os chamados no prazo de até dezesseis (16) horas úteis para Capitais e suas respectivas regiões metropolitanas e de até vinte e quatro (24) horas úteis para as demais regiões.
2. Caso o problema detectado seja passível de substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento, o técnico da CONTRATADA deverá de imediato registrar a solução do problema, iniciando o prazo de substituição de peças.
3. A definição de regiões metropolitanas é anualmente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para efeitos de prestação de assistência será considerada a classificação oficial atualizada divulgada no sítio do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html>

7.4.3. **Garantia de 2º Nível** – Com substituição de peças, componentes e equipamentos:

1. A substituição de peças, componentes ou do equipamento: A partir da detecção da necessidade de substituição de peças, componentes ou do equipamento, oriundo do atendimento de 1º nível, serão acrescidos ao atendimento corrente o prazo de mais dezesseis (16) horas úteis para Capitais e suas respectivas regiões metropolitanas e de mais vinte e quatro (24) horas úteis para as demais regiões.
2. As peças e componentes substituídos deverão ter especificação igual ou superior às peças a serem substituídas;
3. As peças e componentes trocados deverão ser novas (não utilizadas ou recondicionadas) e homologadas pelo Fabricante.

7.4.4. **Substituição de dispositivos de armazenamento:** o HD ou SSD defeituoso será substituído por um novo, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações;

- 7.4.4.1. Caso a CONTRATANTE tenha optado por receber os equipamentos com imagem de disco padrão de sistema, o disco substituto deverá trazer a imagem escolhida.
- 7.4.5. **Substituição Completa do Equipamento:** No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela CONTRATADA ou pela rede oficial de atendimento do fabricante, o equipamento deverá ser substituído por um novo. Os dispositivos de armazenamento (HD ou SSD) antigos, também nesses casos, deverão permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.
- 7.4.6. Sempre que houver quebra dos níveis de serviço aqui especificados, a CONTRATANTE poderá notificar a CONTRATADA, que terá prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro desse prazo ou caso a CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas, será iniciado processo de aplicação das sanções previstas;
- 7.5. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**
- 7.6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) cometer fraude fiscal.
- 7.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 7.7.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 7.7.2. **Multa:**
- a) moratória de 0,1% (décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
  - b) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 7.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.7.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 7.7.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.8. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 7.9. As sanções previstas nos subitens “7.8.1”, “7.8.3”, “7.2.4” e “7.8.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.10. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 7.10.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 7.10.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
  - 7.10.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.12.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.19. As penalidades serão apuradas conforme tabela a seguir:

Tabela 4

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,01% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de

	apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensinar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	cadastro de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 0,1% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados/entrega dos materiais, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados/materiais entregues, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços/entrega dos materiais, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 horas úteis.	Multa de 0,01% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 0,02 do valor total do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
13	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 0,01% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 0,015% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 0,02% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 0,03% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de 0,05% sobre o valor do Contrato e Glosa de 0,05% sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
14	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,01% do valor total do Contrato.

Tabela 5

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS

Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAE = \frac{TEX - TEST}{TEST}$ <p>Onde:  <b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OS;  <b>TEX</b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.  A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.  A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.  <b>TEST</b> – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador. Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.	
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador <b>IAE</b> : De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,01% sobre o valor da OS; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,015% sobre o valor da OS; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 0,02% sobre o valor da OS; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 0,03% sobre o valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 0,05% sobre o valor da OS e multa de 0,05% sobre o valor do Contrato.	

- 7.20. Do pagamento
- 7.20.1. O pagamento será efetuado de acordo com os valores estipulados no Contrato firmado com a LICITANTE vencedora do Item registrado na Ata de Registro de Preços, sendo realizado de acordo com a Ordem de Fornecimento de Bens.
- 7.20.2. Para produtos entregues com Nota Fiscais, o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.20.3. No caso de produtos entregues com Nota de Romaneio ou de Nota de Simples Remessa, a CONTRATADA fica obrigada a emitir a Nota Fiscal em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. A CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias para processar o pagamento após o recebimento da Nota Fiscal.
- 7.20.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.20.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 7.20.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.20.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.20.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.20.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.20.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.20.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.20.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.20.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20.13. Persistindo a irregularidade, a contratada deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.20.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.20.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.20.15.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O valor unitário e global máximo a ser admitido por esta Agência Reguladora para o objeto da pretensa aquisição **são aquele previstos na tabela 6 a seguir:**
- 8.2. Caso algum dos itens destinados à cota reservada seja fracassado, os licitantes vencedores dos itens 1, 2, e 3 serão convocados, via Chat, na sessão pública, para absorverem os quantitativos destinados à cota respectiva dos itens 4, 5 e 6 nos termos do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015.

Tabela 6 - Descrição dos itens, quantidades e valores estimados para o certame					
Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT	QTD ANAC	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Módulo de memória RAM DDR4, com 8 GB, para desktop	473420	1550	152,66	236.623,00
2	SSD NVMe 240GB, com kit adaptador para Lenovo M920s	439348	790	310,48	245.279,20
3	Dock station / Hub USB-C	444947	200	534,78	106.956,00
Valor total licitado (R\$)					588.858,20

Tabela 7					
Itens para ampla participação					
Item	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT	Quantidade	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Módulo de memória RAM DDR4, com 8 GB, para desktop	473420	1163	152,66	177.543,58
2	SSD NVMe 240GB, com kit adaptador para Lenovo M920s	439348	593	310,48	184.114,64
3	Dock station / Hub USB-C	444947	150	534,78	80.217,00
Itens Exclusivos para Microempresa e Empresas de Pequena Porte - COTA RESERVADA					
4	Módulo de memória RAM DDR4, com 8 GB, para desktop	473420	387	152,66	59.079,42
5	SSD NVMe 240GB, com kit adaptador para	439348	197	310,48	61.164,56

	Lenovo M920s				
6	Dock station / Hub USB-C	444947	50	534,78	26.739,00
<b>Valor total licitado (R\$)</b>					<b>588.858,20</b>

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. A ser definido pelo órgão de acordo com o art. 7º § 2º do Decreto 7.892/2013.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado conforme a cláusula de vigência do termo de contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

10.2. O prazo de vigência contratual compreende o período previsto para o fornecimento e entrega, sem prejuízo dos prazos de garantia estabelecidos no contrato.

10.2.1. As políticas de garantia estendida contemplam o caráter acessório ao núcleo do contrato e, portanto, devem ser prestadas durante os prazos estabelecidos no instrumento contratual, sob pena da Administração invocar as cláusulas do contrato, mesmo após o encerramento de sua vigência.

10.2.2. Pela natureza do objeto, não haverá hipótese de renovação do Contrato.

10.2.3. A CONTRATADA deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2.4. A garantia dos equipamentos será on-site pelo período de 12 (doze) meses para todos os componentes de hardware.

## 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

### 11.1. Do Contrato

11.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 11.2. Da Ata de Registro de Preços

11.2.1. Aplicam-se as disposições contidas no Art. 18, do Decreto nº 7.892, de 2013, para a renegociação de preços junto aos fornecedores registrados, nos casos em que os preços praticados na Ata de Registro de Preços se tornarem superiores aos preços de mercado.

## 12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1.1. O regime da execução dos contratos é empreitada por preço unitário.

12.1.2. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO POR ITEM.

12.1.3. Não há óbice quanto à adjudicação de mais de um item para a mesma licitante.

12.1.4. De acordo com o Art. 1º, §1º do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação será realizada na modalidade de Pregão, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “bens comuns” conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

### 12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.

12.2.2. O exercício do direito de preferência disposto no Decreto nº 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de lances, observando-se, nesta ordem, os seguintes procedimentos:

12.2.2.1. Aplicam-se as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas na Lei Complementar nº 123/2006 e também no Edital;

12.2.2.2. Não ocorrendo a contratação na forma da sub-condição anterior, aplicam-se as regras de preferência previstas no art. 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

12.2.2.3. Convocam-se as licitantes para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV art. 8º do Decreto nº 7.174/2010;

12.2.2.4. Não ocorrendo a contratação na forma da sub-condição anterior, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

## 12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.7.1. A apresentação de requisitos de qualificação técnica é um dos fatores que devem ser inseridos nos Termos de Referências e Editais de contratações da Administração Pública como forma complementar à garantia do fornecimento de um produto ou serviço. Bem assim, ao longo do tempo, o Tribunal de Contas da União vem reiterando em suas decisões sobre a impossibilidade de exigência de número mínimo de atestados para comprovar a capacitação técnico operacional, pois no entendimento da Corte, além de estar em dissonância com a Lei n.º 8.666/93, estes mecanismos quando mal aplicados desiguam, em tese, concorrentes com as mesmas qualificações técnicas. Para ilustrar o que se apresenta, destacam-se as seguintes jurisprudências:

*“Acórdão nº 112/2011-Plenário*

*...a exigência de comprovação de prestação de serviços em volume igual ou superior ao licitado extrapola os requisitos definidos nos arts. 27 31 da Lei 8.666/1993, bem como contraria a jurisprudência do tribunal acerca do assunto”*

12.7.2. O Tribunal, entretanto, asseverou em inúmeros outros casos sobre a possibilidade da inserção dos critérios de atestados de capacidade técnica desde que estes sejam indispensáveis a garantia de execução do objeto, ou seja, guardem verossimilhança com *as reais condições pretendidas pela a Administração*:

*“Acórdão 1890/2010 – Plenário*

*13. Da mesma forma, o procedimento levado a efeito pela CEF não destoa dos parâmetros fixados no referido pregão eletrônico promovido pelo TCU (nº 36/2009), sendo até menos restritivo do que a prática adotada por este Tribunal, porquanto no edital publicado pela Corte de Contas exigiu-se que a capacidade técnica fosse comprovada com atestados de execução de no mínimo 70% do objeto, contra o percentual de 10% previsto no edital da CEF, senão vejamos:*

...

*TCU - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2009 "1.1. O objeto deste Pregão é o descrito na tabela abaixo:"*

...

*"49.3. 1 (um), ou mais, atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão;*

*49.3.1. para efeito desta condição, o quantitativo total atestado deve comprovar a execução de no mínimo 70% (setenta por cento) do objeto."*

...

*Voto do Ministro Relator*

...

*5. Segundo a representação, "a exigência lançada no edital ora impugnado, de que se comprove, por meio de certificados, o fornecimento mínimo de 10% do objeto, especificando a marca e modelo do toner, concessa máxima venia, ofende os princípios da impessoalidade, da isonomia, da razoabilidade da proposta e da ampla concorrência, pelo que deve ser retirada do edital".*

*6. Com escusas por dissentir do órgão instrutivo, não percebo na exigência em tela a alegada irregularidade. "*

*“Acórdão 556/2010 – Plenário*

*Voto do Ministro Relator:*

...

*Determinar a APEX:*

*que inclua no projeto básico ou no termo de referência as justificativas técnicas, quando julgar necessária a adoção de quantitativos mínimos na comprovação da qualificação técnica, demonstrando a compatibilidade desses quantitativos com o valor da contratação [...], sendo vedada a comprovação de quantitativos iguais ou superiores ao objeto do certame”*

12.7.3. Na mesma linha, o Plenário do Tribunal de Contas da União já estabeleceu jurisprudência sobre o quantitativo tido como razoável para considerar a similaridade ao objeto contratado:

*“Acórdão 717/2010 – Plenário*

*9.3.1. abstenha-se de estabelecer, em futuros editais de licitação, como requisito de qualificação técnico-operacional, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal extrapolação deverão estar tecnicamente explicitadas, ou no processo licitatório, previamente ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, ao inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93 e à jurisprudência deste Tribunal, estabelecida a partir do Acórdão 1284/2003-TCU - Plenário;”*

*“Acórdão 2147/2009 – Plenário*

*9.4.3. limite as exigências de atestados de capacidade técnico- operacional aos mínimos que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do empreendimento, devendo abster-se de estabelecer exigências excessivas, que possam restringir indevidamente a competitividade dos certames, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a executar (conforme jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.284/2003-Plenário; 2.088/2004-Plenário; 2.656/2007- Plenário; 608/2008-Plenário e 2.215/2008-Plenário), cumprindo o que prescreve o art. 37 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei 8.666/1993;*

12.7.4. A licitante vencedora do certame deve apresentar atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que ela já forneceu satisfatoriamente o objeto.

12.7.5. A licitante vencedora do certame deve comprovar o fornecimento de atestado de capacidade técnica referenciando um quantitativo de 50% do volume estimado para o item a que deseja concorrer, observando os quantitativos dispostos na tabela 7 deste termo de referência.

12.7.6. Admitir-se-á a soma de atestados de capacidade técnica para a comprovação do quantitativo especificado no item anterior.

## 12.8. Proposta de Preços

12.8.1. A proposta de preço ajustada ao valor do lance das LICITANTES deverá seguir a forma definida no Termo de Referência, devendo conter os seguintes termos:

12.8.1.1. Os termos de prestação da garantia nos prazos estipulados para o ITEM em apreço.

12.8.1.2. Concordar com todos os termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo as obrigações da contratante, de entrega, e demonstrar estar ciente das sanções administrativas em decorrência de aplicação de Nível de Serviço Mínimo ou por descumprimento das demais cláusulas



deste TR.

12.8.1.3. Apresentação dos demonstrativos de Preço Total e de Preços Unitários, conforme o Modelo de Proposta, Anexo II do edital.

12.8.1.4. Deverá ser anexada descrição do(s) produto(s) e serviço(s) que será(ão) fornecido(s).

12.8.1.5. Somente serão aceitas propostas das quantidades totais para cada item ofertado.

12.8.1.6. O valor apresentado deverá contemplar todos os custos inerentes à contratação e ainda aqueles decorrentes de fretes, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos contribuições, impostos e taxas estabelecidos na forma da Lei.

### 13. **DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

13.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação dos produtos e serviços a serem fornecidos, que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais).

13.2. A participação de consórcios em certames licitatórios somente se torna necessária quando o objeto a ser licitado pressuponha heterogeneidade de atividades empresariais, sendo que, sua não inclusão, resultaria em restrição da competitividade. Desta forma, os equipamentos que constituem o objeto da contratação não apresentam a referida heterogeneidade dentro de um mesmo item de adjudicação.

### 14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 16. **DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

16.1. Fica a empresa a ser contratada obrigada a guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo que esses dados são de propriedade exclusiva da ANAC, e que são vedados a cessão, a locação, o uso ou a venda deles a terceiros sem prévia autorização formal da ANAC.

16.2. A empresa a ser contratada deverá entregar à ANAC toda e qualquer documentação produzida decorrente da execução do objeto dessa pretensa contratação, bem como deverá ceder à ANAC, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos estudos, relatórios, divulgações em mídias físicas ou virtuais, em páginas da intranet, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, demais resultados afins produzidos e obtidos, durante a vigência do(s) Contrato(s) a ser firmado(s).

16.3. Ficam reservados à ANAC os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TI em questão relativos aos diversos produtos e documentos produzidos ao longo do(s) Contrato(s) a ser firmado(s), incluindo-se aí a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, restando, portanto, a obrigação de serem devidamente justificados os casos em que tais direitos não vierem a pertencer à Agência.

### 17. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

17.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

17.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada. e

17.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria..






17.12. Será considerada extinta a garantia:


- 17.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 17.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 17.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
18. **DA RESCISÃO**
- 18.1. As condições e critérios de rescisão serão conforme previstos no termo de contrato
19. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**
- A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 8.665, de 22 de julho de 2022.
- Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<b>GERVÁSIO DA SILVA ANTÔNIO</b> <i>ANALISTA ADMINISTRATIVO</i> SIAPE 1823714	<b>LUIS FELIPE FREITAS DO NASCIMENTO ALVES TEIXEIRA</b> <i>TÉCNICO EM REGULAÇÃO</i> SIAPE 2349657	<b>ADERSON DE LIMA CALAZANS</b> <i>ANALISTA ADMINISTRATIVO</i> SIAPE 1526378

Aprovo. Encaminhe-se à Gerência Técnica de Licitações e Contratos (GTLC/SAF) para providências relativas à contratação, segundo o Art. 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<b>FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ</b> <i>SUPERINTENDENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</i>

-  Documento assinado eletronicamente por **Aderson de Lima Calazans, Analista Administrativo**, em 07/12/2023, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).
-  Documento assinado eletronicamente por **GERVASIO DA SILVA ANTONIO, Analista Administrativo**, em 07/12/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).
-  Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Freitas do Nascimento Alves Teixeira, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 07/12/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).
-  Documento assinado eletronicamente por **Felipe Santos Sarmanho, Gerente**, em 07/12/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).
-  Documento assinado eletronicamente por **Fernando André Coelho Mitkiewicz, Superintendente de Tecnologia da Informação**, em 07/12/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **8194691** e o código CRC **F23DBC3**.